

PROJETO DE LEI 08/2022.

EMENTA: INSTITUI A SEMANA DA CIDADANIA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE ANGELIM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Vereador da Câmara Municipal de Angelim, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições previstas em nossa Lei Orgânica e Regimento Interno, em consonância principalmente pelas Constituições Federal e Estadual, faz saber que a Câmara aprova, e o Excelentíssimo Prefeito Constitucional Promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Inclui a Semana da Cidadania a ser realizada no mês de outubro na Rede Pública Municipal de ensino de Angelim.

Art. 2º - A Semana da Cidadania deverá ser realizada nas Escolas da Rede Municipal de ensino no dia 12 de outubro, tendo finalidade cultural e educacional, além de envolver os alunos, pais e a comunidade.

Art. 3º - A campanha tem por objetivos:

I - A realização de atividades cívicas com os hinos da Cidade de Angelim, do Estado, e da República Federativa do Brasil;

II - A promoção de atividades educativas relacionadas à educação ambiental com a finalidade de conscientizar sobre a importância da preservação e conservação do meio ambiente;

III - Conscientização sobre a importância e do cuidado ao patrimônio público, demonstrando as consequências do seu desrespeito, além do custo gerado à população;

IV - Enfatizar sobre o papel do cidadão e cidadã Angelinenses, da sua importância na estruturação e desenvolvimento do Município, através do cuidado e conscientização quanto aos seus deveres;

V - Conscientizar e enfatizar o direito das pessoas de exercerem livremente sua religião, em um ambiente de respeito às diversas crenças, religiões, ritos e símbolos sagrados, combatendo a intolerância Religiosa, e deixando claro o que consta na Constituição Federal, onde os locais considerados sagrados para cada credo devam ser protegidos;

VI - Conscientizar que o ambiente escolar deve contribuir para a formação cidadã da criança e do adolescente, propagando valores humanos e incentivando projetos solidários, sendo vedado qualquer tipo de questão ideológica.

Art. 4º - A organização, realização e a seleção de atividades dispostas no art. 3º, ficarão sob a responsabilidade da direção das escolas, tendo a cooperação dos professores, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.



CÂMARA MUNICIPAL DE ANGELIM
ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER LEGISLATIVO

Parágrafo único. A campanha deverá ser realizada em sala de aula ou em local diverso, desde que nas dependências das escolas e ser aberto à comunidade.

Art. 5º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário pelo Poder Executivo.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Plenário Vereador José Guilherme da Costa, em 02 de agosto de 2022.



Bruno dos Santos Caldas

Vereador Presidente da Câmara - PSB

APROVADO
16/08/2022
Ass. Bruno dos Santos Caldas
*** Presidente ***

JUSTIFICATIVA - PL 06/2022:

As bases da política educacional do país estão contidas na Constituição Federal/88, de forma categórica nos artigos 205 a 214, dentre os quais se destaca que aos Municípios compete atuar, de forma prioritária, no ensino fundamental e na educação infantil, conforme disposto no artigo 211, §2º, e que devem ser fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira que seja assegurada uma formação básica comum e com respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais, conforme aduzido no artigo 210, da CF/ 88. Isto posto, este projeto visa conscientizar não apenas os alunos, bem como toda a comunidade em volta, tendo como objeto a diminuição dos casos de vandalismo no Município. O cidadão que aprende a respeitar o que é dever de todos, traz benefícios não apenas para si, como também para a cidade de Angelim.

Em uma breve explanação puxando de relatos em notícias e reportagens, o número de ocorrências de furto de componentes e vandalismo em nosso município. Não é necessário nem ser feito um levantamento mostrar se fomos saber na Delegacia Civil, os boletins de ocorrência desse tipo de crime, número que representa alto índice para uma cidade pequena. São diversos atos de vandalismo que já ocorreram no município, como por exemplo, manifestantes que praticaram escruços ação ou efeito de escruchar, roubo, arrombamento, assalto a várias escolas. O vandalismo consome o dinheiro que poderia ser usado para novos atrativos ou mesmo para a ampliação dos espaços de lazer, contudo acaba sendo direcionado para consertar equipamentos quebrados e reparação a obras públicas danificadas.

O artigo XXVI da Declaração Universal dos Direitos Humanos estabelece que a educação é um direito de todas as pessoas e tem por objetivo o pleno desenvolvimento da personalidade humana e o fortalecimento dos respeitos aos direitos humanos e às liberdades fundamentais. A escola tem uma grande responsabilidade ética na

implementação desse documento, que é fruto de um pacto internacional consolidado em 1948 no âmbito da Organização das Nações Unidas.

Os educadores comprometidos com a justiça social e com a construção da cidadania e da democracia devem considerar seus princípios na organização do trabalho educativo. Aprender a ser cidadão e cidadã é, entre outras coisas, aprender a agir com respeito, solidariedade, responsabilidade, justiça, não-violência, aprender a usar o diálogo nas mais diferentes situações e comprometer-se com o que acontece na vida coletiva da comunidade e com o que acontece na sua cidade. Esses valores e essas atitudes precisam ser aprendidos e desenvolvidos pelos estudantes e, portanto, podem e devem ser ensinados na escola. É preciso selar um compromisso com a transformação social, colocando a educação na linha de frente da formação dos futuros cidadãos Angelinenses. Isto posto, cada criança e cada jovem têm o direito de aprender, também, o sentido da cidadania na sua concepção mais ampla.

A formação cidadã é um dos princípios e pilares do aprendizado escolar para crianças e adolescentes. O ser humano precisa desenvolver atributos para que conviva de forma harmônica em sociedade e, nessa procura de um crescimento pessoal, incumbe à escola auxiliar a todos os alunos. Os valores morais do indivíduo são essenciais para que haja sua inserção em comunidade, sendo possibilitado o usufruto de seus direitos e deveres como cidadão. Isto posto, a comunidade escolar, junto à família, deve resgatar os valores, como o respeito à dignidade da pessoa humana, a fraternidade, e solidariedade com toda causa humana.

Uma formação moral ajuda a combater todo sentimento de vingança e comportamento de violência em grupo. A Rede de Ensino é o ambiente de socialização do saber e, tendo essa questão como perspectiva, deve contribuir para o desenvolvimento moral dos estudantes. No ambiente escolar, as crianças e os adolescentes encontram as ferramentas para que possam criar e atingir seus sonhos, principalmente porque o mecanismo de ensino, através de seus profissionais de equipe pedagógica, os ajuda a desenvolver as habilidades cognitivas e a formação moral, andando em conjunto, lado a lado.

A escola serve como um parâmetro para os alunos, atuando não apenas como uma transmissão de normas sociais, mas também demonstrando o quanto as pessoas devem viver em comunidade. Através do exposto, os aspectos subjetivos devem sempre ser levados em consideração no ambiente escolar, sendo reforçado o exercício da cidadania e da ética na vida coletiva. O papel da instituição escolar na formação moral é, nesse sentido, essencial para o crescimento pessoal dos estudantes. Isto posto, não deve ser utilizado de forma ideológica no desenvolvimento dos valores humanos e



CÂMARA MUNICIPAL DE ANGELIM
ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER LEGISLATIVO

morais dos jovens. A legislação vigente, a partir das diretrizes e bases da educação nacional, através da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece que a educação escolar deve se vincular à prática social, ampliando a formação familiar e inspirando-se nos princípios da solidariedade humana. Isto posto, espera-se que a escola prepare os discentes para o exercício da vida cidadã.

O ambiente escolar deve contribuir para a formação cidadã, sendo vedada qualquer tipo de questão ideológica. Por conseguinte, deve ser enfatizado o direito dos cidadãos de exercer livremente sua religião, em um ambiente de respeito às diversas crenças, religiões, ritos e símbolos sagrados, havendo o combate à intolerância religiosa. É necessário que se fortaleça e dê visibilidade às mais diversas crenças e convicções.

O artigo 5º da Constituição Federal descreve os direitos fundamentais dos cidadãos, e especifica que a liberdade de consciência e de crença não pode ser violada. Isto posto, a lei garante que o culto religioso é livre para todos os brasileiros. Sendo assim, os locais considerados sagrados para cada credo, os símbolos e elementos religiosos devem ser protegidos. Portanto, é dever da escola ensinar e agir fundamentada nos princípios da democracia, da ética, da responsabilidade social, do interesse coletivo, da identidade nacional, da própria condição humana, na consagração da liberdade, da convivência social e da solidariedade humana. Por fim, educar para a vida e para a compreensão humana é atribuição típica da escola.

Isto posto, apresento o presente Projeto e conto com os nobres pares para seu prosseguimento e aprovação.

Plenário Vereador José Guilherme da Costa, em 02 de agosto de 2022.


Bruno dos Santos Caldas
Vereador Presidente da Câmara - PSB

APROVADO
16/08/2022
Ass. Bruno
Bruno dos Santos Caldas
*** Presidente ***